A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATRAVÉS CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E APOIO PEDAGÓGICO AO DEFICIENTE VISUAL – CEFAP/SOBRAL - CE.

Wyana Larissa Araújo de Sousa¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as ações de inclusão social para os deficientes visuais através do Centro de Formação Continuada e Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CEFAP/Sobral – Ceará e seus recursos pedagógicos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos.

Palavra chaves: Deficiência visual. Inclusão. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A história da deficiência visual na humanidade é comum a todos os tipos de deficiência. Sendo que os conceitos foram evoluindo conforme as crenças, valores culturais, concepções de homem e transformações sociais que ocorrem nos diferentes momentos históricos. Na antiguidade, as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijados, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas. Percebemos Mazzotta reafirma a origem da Educação Especial no Brasil,

[...] nasceu por meio de ações isoladas e individuais por parte de pessoas que diretamente estavam envolvidas com a questão da deficiência, e esse envolvimento, quase sempre esteve respaldado por experiências desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos Mazzotta (1996, p. 17).

Então, como degeneração da raça humana, o período em que predominava o princípio da eugenia, essas pessoas eram abandonadas ou eliminadas, sendo as obras de Platão e Sêneca reflexos das práticas helênicas e gregas que retratam essa concepção. Na Idade Média, com o apogeu do cristianismo, as pessoas deficientes passam a ser alvo de proteção, caridade e compaixão ao mesmo tempo em que justifica-se a deficiência pela expiação de pecados ou como passaporte indispensável no reino dos céus. Surgem assim, as primeiras instituições asilares com encargo de dar assistência e proteção às pessoas deficientes.

1 Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú -Uva

Na Idade Contemporânea, ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – se expandem na construção de uma consciência social e movimentos mundiais evocando direitos e deveres do homem, assegurando às minorias o exercício da cidadania no jogo democrático, essas transformações político-sócio-culturais se processam deixando vir à tona formas diferenciadas de ser ou de vir a ser. Nesta historicidade, destacaram-se pessoas cegas com suas expressivas contribuições nas diferentes áreas do conhecimento, revelando o ilimitado potencial humano de pessoas como Louis Braille e outros.

O artigo tem como objetivo apresentar as ações de inclusão social para os deficientes visuais através do Centro de Formação Continuada e Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CEFAP/Sobral – Ceará e seus recursos pedagógicos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos. O caminho metodológico foi o estudo teórico em: Montoan (2003), Freire (2001), Siauly (2006), Gohn (2006) e dentre outros, o segundo momento foi realizado visitas ao centro, acompanhamento das aulas e observações, o terceiro momento foi de socialização das visitas e observações das aulas.

As primeiras informações coletas e observadas nos levam a destacamos que apostar na inclusão é acreditar na capacidade de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios de igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos.

A estimulação dos sentidos remanescentes nos deficientes visuais deverá começar muito cedo para desenvolver o tato, a audição, o olfato e o paladar é preciso o deficiente visual conhecer seu próprio corpo. Com essa compreensão, este estudo buscou reunir diferentes elementos procedentes de ângulos amplos sobre a chamada inclusão social e deficiência visual, considerando as diversas compreensões dos autores em pauta, considerando também os limites e possibilidades das ações previstas pela Política Educacional, Políticas Públicas brasileiras, CEFAP, voltadas para a inclusão, por se tratarem de propostas desafiadoras do ponto de vista de sua implementação.

A escolha pelo tema a deficiência visual e sua historicidade na inclusão, tem como principal motivo as dificuldades encontradas tanto pelos alunos como pelos professores na vivência do processo de inclusão.

O resultado da investigação é apresentado nesse artigo em duas partes. A primeira apresenta uma breve discussão sobre o trabalho pedagógico com os deficientes

visuais e seu processo inclusivo. A segunda versa sobre o Centro de Formação Continuada e Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CEFAP/Sobral – Ceará e seus recursos pedagógicos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos. Por último apresentamos as conclusões sobre o estudo realizado.

O TRABALHO PEDAGÓGICO COM OS DEFICIENTES VISUAIS E SEU PROCESSO INCLUSIVO

O ponto de partida para esta mudança está na escola, que transformará essa realidade através do cotidiano. Neste contexto, o educador é o sujeito envolvido que mais sofrerá mudanças, pois para fazer frente às exigências de uma escola inclusiva, deve construir novas competências. Sendo assim, sua formação e aperfeiçoamento profissional cumprem um papel preponderante, com a instrumentalização da prática pedagógica, domínios de técnicas ou de metodologias, mas que de nada adiantam se não houver boa-vontade, flexibilidade e atitudes/posturas positivas.

Relevante destacar que o sucesso da inclusão não depende somente desse profissional, mas de um conjunto de ações: sociais, educacionais e políticas necessárias para que essa prática ocorra realmente. Neste sentido, atuar em parceria com a família, a comunidade e as instituições especializadas torna-se “vital”.

A escolarização do deficiente visual é assegurada por lei e perpassa por todos os níveis de ensino: Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e pelo Ensino Superior. Porém, quando a deficiência é detectada precocemente, é importante a família buscar apoio de uma instituição especializada para que esta criança receba os cuidados, as orientações e estimulações necessárias para sua autonomia e desenvolvimento psico-social e pedagógico.

Quando este sujeito encontra-se em idade escolar, então deve ser matriculado, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, preferencialmente, na rede regular de ensino. O aluno é inserido na classe comum, e deve receber apoio especializado de Salas de Recursos, Escola Especial, ou de algum órgão, núcleo, ou departamento especializado.

Segundo Mantoan:

A classe comum é a alternativa menos discriminadora de atendimento, pois a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for bom, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Mas exige da instituição educacional

uma mudança de postura e reorganização para atender as necessidades que se apresentam. Neste contexto, o professor regente e a equipe pedagógica precisarão de parcerias, que os apoiem neste processo. (MANTOAN, 2003, p.16).

Não é um processo simples, mas é humano e justo e a escola deve preparar-se integralmente para receber este aluno, atendendo às suas necessidades específicas. Essa preparação deve ser estrutural, no que se refere às adaptações arquitetônicas de acessibilidade; emocional, proporcionando seu acolhimento e inclusão social e pedagógica, instrumentalizando-se sobre currículo, organização das turmas, metodologias e recursos adequados.

A priori, a atitude do professor é fundamental para a boa receptividade e acolhida da classe ao novo colega, com direito as mesmas oportunidades de participação no trabalho em equipe, na convivência e aprendizado com o outro. O ensino deve ser cooperativo, e os trabalhos em grupos de suma importância, pois traçará laços de amizade e solidariedade entre todos.

Complementa Freire:

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte. (FREIRE, 2001, p.12).

Sobretudo, os Planos de Ensino (turma) e Planos de Trabalho (aluno especial) deverão ser flexíveis, de modo a atender as peculiaridades dos alunos incluídos. E neste caso, é relevante ressaltar a necessidade das Adaptações Curriculares. Instrumentos que implementam uma ação educativa para a diversidade. É uma ferramenta que adapta certo trabalho e/ou atividade ao encontro das possibilidades do educando, portanto deve ajustar-se ao objetivo que busca, ou seja, serve para um determinado momento, para uma determinada situação e clientela.

As adaptações curriculares não contemplam somente o aluno “especial”, mas sim toda a turma. Quando uma adaptação é aplicada, todos os alunos ganham com esta flexibilidade, pois além de integrar o aluno “especial” na atividade, ainda oportuniza outra forma de vivência ao aluno que não possui dificuldades.

É necessário que todas essas adaptações, utilização de recursos e ações a cerca da inclusão estejam contempladas e asseguradas no Projeto Político Pedagógico da escola, já que este é fruto de uma construção coletiva que envolve e compromete toda a comunidade escolar.

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E APOIO PEDAGÓGICO AO DEFICIENTE VISUAL – CEFAP

A partir do início dos anos 2000 começou na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA as mobilizações a favor de um movimento e apoio pedagógico aos deficientes visuais, iniciado por um grupo de acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Enfermagem e Geografia. Temos como ponto de partida o levantamento realizado pela acadêmica de enfermagem Jamile Escócia, a onde foram catalogados 64 deficientes visuais na sede do município de Sobral e do estudante de Pedagogia Marcelino Vasconcelos numa pesquisa realizada junto às escolas particulares do município de Sobral.

Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. [...], têm grande controle de poder social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto virem a ser matriz geradora de saberes.”.
(GOHN, 2006, p.16.)

A maioria dos alunos com deficiência visual não tem acesso a espaços e objetos de uso e pedagógicos adequados para o desenvolvimento físico, intelectual e social, então pensando nos deficientes visuais , no dia 1º de julho de 2008, surgiu o Centro de Formação Continuada e Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual CEFAP com o CNPJ Nº 11.121.714/0001-74, com o intuito de fornecer informações possibilitadoras de inclusão no processo de ensino e aprendizagem através do Braille, informática, bengala longa, instruções de locomoção e política, todos esses mecanismos com o objetivo de dá voz aos seus alunos com deficiência visual, de incentiva - lós a cobrar da sociedade e educadores que possuam compromisso com a educação especial.

Tem como principal objetivo geral implementar o atendimento aos alunos com deficiência visual e de baixa visão, garantindo-lhes o acesso aos recursos específicos necessários a sua educação, e capacitar professores e demais especialistas para identificarem e atenderem suas necessidades educacionais especiais, favorecendo, assim, o processo de inclusão.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possa, exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, afim de atender suas deficiências.[...]. (MANTOAN, 2006, p.45)

A coordenação do centro tem a frente o professor Alexandre Ribeiro – graduado em Geografia, Especialista em Educação Especial –UVA e deficiente visual (baixa visão), Marcelo Helena, graduado em Pedagogia, Especialista em Educação Especial - UVA professor, Iamara Batista, aluna do curso de pedagogia UVA, 3º período, Monitora, Oneide Evangelista, aluna do curso de pedagogia INTA, 7º período, Monitora.

A cidadania ampliada, ou a cidadania com iniciativa (Gohn, 1997), pode ser ainda potencialmente produtora de uma nova cultura política; assim, a sociabilidade dela decorrente seria de reciprocidade, isto é, operando num espaço de trocas sancionadas por um novo contrato social no qual a cidadania se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado como na obrigação horizontal entre cidadãos. Ou seja, a cidadania é ampliada à medida que acrescenta aos direitos sociais básicos a solidariedade social.

Durante o período de 2010 a 2011 o centro já realizou 20 cursos de formação, 30 seminários e 35 oficinas pedagógicas. Quanto ao atendimento o mesmo tem catalogados em seus registros 30 usuários, entre jovens crianças e adultos de até 45 anos, numa média o centro atende 10 a 15 alunos. No atendimento individual especializado atendente 05 alunos, alunos venham de outros municípios sede de Sobral, Forquilha, Varjota, Cariré, Camocim, etc. Os recursos financeiros são utilizados com recursos próprios, projetos aprovados (captação de recursos) editais, Pais (com doações de materiais e financeiros), das oficinas e dos cursos, doações das parcerias.

Dos Recursos pedagógicos podemos destacar a Confecção de material pedagógico através da reciclagens, doações da Fundação Beijamim Constant, Fundação Dorina Nowell para cegos, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Ceará - Sobral, Universidade Tecnológica do Paraná.

Maior sendo os instrumentos de apoio pedagógicos para os alunos com deficiência visual, maior será a inserção destas pessoas na sociedade, e o CEFAP

oferece métodos de ensino, para que seus alunos com deficiência visual tenham a educação, as práticas de vida diária, informações que facilitem a inclusão sócio – educacional promovendo-lhes independência, interdependência comunitária, ajustamento familiar e ensino para o processo de comunicação através da leitura e escrita.

Baseados em Horris e Hodges (1999, p.34), entendemos como estratégias de ensino os procedimentos que incluem operações ou atividades que perseguem um propósito determinado. São, portanto, mais do que habilidades de estudo.

Os alunos do CEFAP passam por várias etapas no processo de aprendizagem do Braile, da à utilização de objetos com formas e tamanhos geométricos diferenciados, álbum tátil com diversas gravuras em alto relevo tecidos com textura diferentes, brinquedos com formato de animais e pessoas. Então as utilizações desses objetos reforçam motricidade fina e grossa, dando suporte para o deficiente utilizar o Pulsão com facilidade no Reglete.

Na informática programa com áudio descrição, pois a informática para pessoas com deficiência visual é importante, pois é importante para a sua inserção no trabalho. No processo de mobilização é utilizado a Bengala Longa, que o cego utiliza para ter independência na locomoção de um espaço para outro, trabalha também noções de espaço.

Nas Palavras de Forest:

Se realmente queremos que alguém seja parte de nossas vidas, faremos o que for preciso para receber bem esta pessoa e prover suas necessidades. É primordial que todos os educandos, em particular os alunos com deficiência visual, disponham de todos os recursos para ter acesso ao currículo comum, já que as dificuldades dos alunos estão relacionado ao sistema educativo. (FOREST, 1988, p.3).

A estimulação dos sentidos remanescentes nos deficientes visuais deverá começar muito cedo para desenvolver o tato, a audição, o olfato e o paladar é preciso o deficiente visual conhecer seu próprio corpo. O educador precisa de recursos pedagógicos para preparar as pessoas com deficiência visual reconhecer, formas, texturas, grandezas, pesos, ouvir e entender sons, desenvolver noções de quantidade, conhecer números, ter noções de tempo e espaço. O uso adequado dos sentidos

remanescentes possibilita ao deficiente visual um desenvolvimento motor gradativo, enriquecendo seus conhecimentos.

“Hoje, estamos vivendo em um momento de transição de uma cultura discriminatória com relação ao diferente para uma cultura de inclusão, em que o diferente é aceito não por ser diverso, mas porque o diverso enriquece. É esse o grande desafio atual: construir uma cultura de inclusão, na qual o acolhimento da diferença se faça no reconhecimento do outro como igual, como parceiro, como par. Na Educação, isso implica a consciência de que, desde o ato educativo mais simples da pré-escola, é preciso garantir aos portadores de necessidades educacionais especiais um lugar garantido nas salas comuns das classes comuns.”

Diante de muitos desafios o centro encontra algumas dificuldades como uma infraestrutura adequada, pois o espaço onde funciona é muito pequeno, impossibilitando assim um atendimento a mais pessoas, a falta de apoio institucional ao centro, falta de profissionais capacitados para trabalhar com a deficiência visual, ausência de políticas públicas eficazes no município.

A inclusão escolar, portanto, não representa um desafio apenas para a escola e sim para a sociedade de forma mais ampla na medida em que é necessário repensar os "padrões de normalidade" socialmente estabelecidos, pois mesmo que sejam incluídas as pessoas com deficiências físicas ou mentais, continuarão existindo as diferenças étnicas, culturais, sexuais, sociais e econômicas.

A estimulação dos sentidos remanescentes nos deficientes visuais deverá começar muito cedo para desenvolver o tato, a audição, o olfato e o paladar é preciso o deficiente visual conhecer seu próprio corpo. O educador precisa de recursos pedagógicos para preparar as pessoas com deficiência visual reconhecer, formas, texturas, grandezas, pesos, ouvir e entender sons, desenvolver noções de quantidade, conhecer números, ter noções de tempo e espaço. O uso adequado dos sentidos remanescentes possibilita ao cego um desenvolvimento motor gradativo, enriquecendo seu conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais é um trabalho complexo, que depende do cumprimento da legislação pelos sistemas de ensino, dos educadores, dos pais, da sociedade de modo geral, afim de que todos em

conjunto se comprometam em transformar sonhos em realidade. A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Com ela emergem vários questionamentos sobre o que fazer e como fazer.

A inclusão é, portanto, uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da memória das escolas brasileira. Para uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, se faz necessário uma profunda reorganização escolar, que vai muito além de aceitar crianças deficientes na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte, que se restrinjam à sala de aula, sem, conteúdos, contribuir para que haja uma real transformação da dinâmica dos processos pedagógicos, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar. Para isso as adaptações são necessárias, uma vez que ainda estamos no difícil processo de aprender a lidar com as diferenças.

É um desafio de mudar a prática, a atitude e a cultura de um povo. Somente estar na escola não é o bastante! O objeto de desejo dos diferentes estudiosos e ativistas em prol da educação inclusiva é o mesmo: uma escola ressignificada em suas funções políticas e sociais e em suas práticas pedagógicas para garantir a aprendizagem e a participação de qualquer aprendiz.

Em fim, apostar na inclusão é acreditar na capacidade de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios de igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. É viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando exclusão, que tanto empobrece a sociedade brasileira. É reconhecer nossa diversidade, mas também exigir as mesmas oportunidades de acesso a uma vida digna. É poder exercer o papel de cidadão.

Espera-se que futuros estudos continuem investigando as características do desempenho social das pessoas com deficiência visual também em outros contextos além do institucional.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo A. **A pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.
Decreto nº 6.571/08, Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

FOREST, M. et LUSTHAUS, E. (1987). **O caleidoscópio**: um desafio ao conceito de cascata de classificação. Em: Forest, M. (organizadora) Integração da Educação. Downsview, Ontario: Instituto A.Roeher. Vão. II.1-16.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São

Paulo: Cortez, 2006(Coleção Questões da Nossa Época).

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HARRIS, Theodore L. HODGES, Richard E. **Dicionário de Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN. Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios,perspectivas**. In: Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 11 – 16.

MAZZOTTA M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo:Cortez, 1996. 205 p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A política social no contexto da seguridade social e do welfare state: A particularidade da assistência social**. Brasília: NEPPOS / CEAM / UNB, 1997a.<http://elisangelagmacedo.blogspot.com.br/2010/01/artigo-sobre-o-trabalho-pedagogico-com.html>. Acesso em 24/08/2012.